

## BATALHAO DE VIATURAS ANFIBIAS

## Estudo Técnico Preliminar 1/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 63174.000008/2026-41

## 2. Descrição da necessidade

2.1. A presente demanda tem por objetivo o registro de preços visando a uma eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, equipamentos e insumos, destinados às viaturas blindadas LVTP-7 CLAnf (Carro Lagarta Anfíbio), contemplando a manutenção de 10 (dez) viaturas pertencentes ao Batalhão de Viaturas Anfíbias (BtlVtrAnf), a fim de atender às necessidades operacionais desta Organização Militar.

2.2. A necessidade da contratação fundamenta-se na obrigatoriedade de se assegurar a disponibilidade, a confiabilidade e a eficiência operacional dos Carros Lagarta Anfíbios, que constituem meios essenciais ao cumprimento da missão institucional do BtlVtrAnf e, por consequência, do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN). Esses veículos são empregados em operações anfíbias, apoio ao combate e apoio de serviço ao combate, além de ações subsidiárias como operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e apoio à população em situações de calamidade pública, exigindo, portanto, alto grau de prontidão e disponibilidade técnica.

2.3. A manutenção preventiva tem por finalidade evitar falhas e preservar a vida útil dos componentes, reduzindo custos a longo prazo e garantindo a segurança operacional. Já a manutenção corretiva é indispensável para restabelecer o funcionamento pleno dos sistemas mecânicos, elétricos e estruturais após eventuais avarias. Ambas são imprescindíveis para assegurar o desempenho e a durabilidade das viaturas, preservando o patrimônio público e a capacidade operativa da Organização Militar.

2.4. As manutenções abrangem componentes críticos que garantem o desempenho dos CLAnf, como motores, bombas injetoras, bicos injetores, lagartas, radiadores, sistemas elétricos, pintura e estofamento interno. O correto funcionamento desses elementos garante mobilidade, proteção blindada, conforto das tropas e desempenho confiável em ambientes operacionais adversos.

2.5. Considerando que o Batalhão de Viaturas Anfíbias tem como missão prover apoio de Viaturas Anfíbias (VtrAnf) aos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav), executando tarefas de apoio ao combate e de apoio de serviço ao combate, a manutenção preventiva e corretiva das 10 viaturas CLAnf é condição indispensável para o cumprimento dessa missão. A ausência desses serviços implicaria risco direto à operacionalidade da Unidade, podendo comprometer o êxito de operações navais e terrestres de caráter anfíbio.

2.6. Dessa forma, conclui-se que a contratação proposta é adequada, necessária e suficiente para atender plenamente à necessidade identificada, uma vez que garante a continuidade das atividades operacionais, assegura o uso eficiente e responsável dos recursos públicos, e alinha-se aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público. Ademais, trata-se de serviço comum de manutenção, passível de contratação mediante pregão eletrônico, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021, utilizando-se o critério de menor preço como meio de assegurar vantajosidade à Administração.

2.7. Será adotada a forma eletrônica de processamento da contratação, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, que privilegia a celeridade, transparência e rastreabilidade dos atos administrativos. Excepcionalmente, quando houver necessidade técnica ou operacional devidamente justificada, poderá ser adotada a forma física para determinados documentos instrutórios, conforme preceitua a legislação vigente.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Manutenção do Batalhão de Viaturas Anfíbias	3SG-FN-BD 86.6583.36 GABRIEL SPATA ALFRADIQUE SIGILIANO

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Trata-se de serviço comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica de acordo com o art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. Os serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme preconizado no art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura do contrato ou outro instrumento hábil, na forma do art. 105 Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, e seu enquadramento encontra amparo nos incisos I e II, do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023:

4.3.1. Do inciso I do referido Decreto – quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes. Justificando-se em razão do aumento da demanda, sendo que uma contratação permanente pode ser mais vantajosa economicamente, eliminando custos recorrentes de processos seletivos frequentes.

4.3.2. Do inciso II do referido Decreto – quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa. Justificando-se em razão da Administração não possuir espaço físico para armazenar todos os itens de uma só vez, evitando estocagem desnecessária e redução dos custos de armazenagem.

4.4. A ata de registro de preços poderá ser prorrogada, no entanto a prorrogação da validade da ata de registro de preços importará na renovação do quantitativo registrado, sem a soma do quantitativo eventualmente não utilizado no primeiro ano de sua vigência.

4.4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, conforme preconizado no art. 23, do Decreto nº 11.462/2023.

4.5. Da consoante o art. 10 e seu parágrafo único do Decreto nº 11.462/2023:

4.5.1. Os Órgãos e as Entidades de que trata o art. 1º do mesmo Decreto, citado acima, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, consultarão as Intenções de Registros de Preços em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação, no entanto as razões para não participar podem variar dependendo do contexto da contratação, conforme justificativas abaixo:

4.5.1.1. Necessidades não atendidas: Os bens ou serviços incluídos no registro de preços podem não atender às necessidades específicas da Administração;

4.5.1.2. Condições desfavoráveis: Os termos e condições do registro de preços podem não ser convertidos para Administração em termos de preço, em razão da localidade ou período do contrato;

4.5.1.3. Orçamento limitado: À Administração pode ter um orçamento limitado que não permite a compra dos bens ou serviços listados no registro de preços; e

4.5.1.4. Produtos/serviços não prioritários: Os bens ou serviços oferecidos no registro de preços podem não ser prioritários para Administração.

4.5.2. É essencial avaliar cuidadosamente os motivos para não participar em um registro de preços em andamento, considerando os impactos potenciais nas operações e nas metas da Administração. Além disso, é importante cumprir todas as regulamentações e diretrizes protegidas nas legislações em relação aos registros de preços nos processos licitatórios.

4.5.3. Nesse contexto, o Batalhão de Viaturas Anfíbias (BtlVtrAnf), realizará este processo licitatório, em razões de suas necessidades administrativas, de acordo com as características dos objetos pretendidos.

4.6. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, conforme o disposto no Art. 17, do Decreto nº 11.462/2023.

4.7. Da Adesão Ata de Registro de Preços (conhecida como “carona”):

4.7.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrentes desta licitação, fundamentada em diferentes aspectos, dependendo do contexto jurídico, administrativo ou técnico, razões que podem ser apresentadas como:

4.7.1.1. Capacidade operacional comprometida: A quantidade adicional solicitada comprometeria a capacidade de atendimento do fornecedor registrado, colocando em risco o cumprimento das obrigações assumidas com os órgãos participantes da ata.

4.7.1.2. Extrapolação dos limites legais: O quantitativo pretendido ultrapassa o limite de até 100% do quantitativo registrado para cada item, conforme previsto no § 4º do art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 (ou normativo correspondente), inviabilizando a autorização da adesão.

4.7.1.3. Especificidade do objeto contratado: A ata foi constituída para atender a necessidades específicas do órgão gerenciador e seus participantes, cujas características técnicas e operacionais não se aplicam ao órgão requerente, o que compromete a eficiência e a economicidade da adesão.

4.7.1.4. Desinteresse da Administração ou do Fornecedor: A adesão à ata é ato discricionário e não obrigatório. Tendo em vista os aspectos administrativos e o planejamento estratégico do Órgão Gerenciador.

4.7.2. O principal defeito do carona é a transgressão ao dever de licitar, insculpido no art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, além de outros princípios administrativos, configurado pela fruição desenfreada e ilimitada para as adesões realizadas pelos Órgãos que não participaram do procedimento licitatório.

4.8. Realizada a análise do objeto da contratação à luz do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, da Portaria nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, do Ministério da Economia (ME) e pela Portaria nº 38, de 21 de março de 2022, da Marinha do Brasil (MB)/Ministério da Defesa (MD), que estabeleceu normas complementares considerando que as contratações referentes ao custeio da máquina pública federal merecem uma supervisão dos dirigentes quanto à qualidade das despesas públicas, buscando um melhor aproveitamento dos recursos públicos e, considerando a natureza das atividades contratadas e não a classificação orçamentária da despesa, logo esta Administração declara, que as contratações dos objetos pretendidos constituem atividades de custeio.

4.9. Declaração da Contratada de pleno conhecimento das condições necessárias do serviço, de que conhece as condições locais para a execução do objeto ou de que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este órgão.

4.10. A Contratada deverá seguir rigorosamente a descrição supracitada na licitação e a demanda específica para o determinado período previsto em contrato ou instrumento hábil, como a Nota de Empenho. A não observação desse item ocasionará sanções para a empresa contratada.

4.11. A Contratada deverá providenciar um cronograma do andamento do serviço, atualizando semanalmente, se solicitado pela Contratante.

4.12. A Contratada deverá seguir rigorosamente os parâmetros das Normas Regulamentadoras (NR), que regulamentam o objeto deste processo licitatório.

4.13. Os serviços ora contratados deverão ser executados por funcionários devidamente habilitados pela Contratada, que tem a exclusiva responsabilidade pela sua contratação e demissão, pelo pagamento de seu trabalho, bem como pelo cumprimento de todas as obrigações legais, de qualquer natureza, para com esses trabalhadores, notadamente as referentes às leis trabalhistas e previdenciárias.

4.14. A Contratada responsabilizar-se-á por todo e qualquer prejuízo que possa ser acarretado ao Contratante em função do descumprimento de dispositivos legais relativos aos serviços relacionados no certame.

4.15. A Contratada obriga-se a manter todos os seus empregados devidamente uniformizados, com os equipamentos de segurança necessários durante a prestação do serviço ora contratado.

4.16. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

4.16.1. Pelos riscos e valores unitários decorrente da eventual aquisição não apresentaram impacto que justifique a exigência de garantia contratual da execução, certamente a quantia envolvida seria repassada ao valor da aquisição;

4.16.2. Os pagamentos somente ocorrerão após a liquidação das despesas, conforme disposto no Termo de Referência; e

4.16.3. As sanções administrativas definidas no Instrumento Convocatório asseguram que o contratado efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, de forma que a exigência de garantia apenas oneraria desnecessariamente o contrato.

4.17. Serão exigidos os Documentos de Habilitação, em razão para garantir a lisura, a transparência e a eficiência das contratações realizadas pelo poder público, conforme preconizado abaixo:

4.17.1. O artigo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, preceitua que o processo de licitação pública somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, no entanto o art. 70, III, da Lei nº 14.133/2021, por sua vez, dispõe que as exigências de habilitação poderão ser dispensadas, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo os referidos valores atualizados anualmente por Decreto, conforme art. 182, da Lei nº 14.133/2021. No caso em questão trata-se de uma contratação pelo Sistema de Registro de Preços para então parcelada, pois a exigência de condição de habilitação nos processos licitatórios é fundamental para garantir a lisura, a transparência e a eficiência das contratações realizadas pelo poder público. Essa prática é adotada em todo o mundo como uma forma de selecionar fornecedores e fontes de serviços que possuam a capacidade técnica, operacional e financeira necessária para cumprir os compromissos assumidos durante a execução dos contratos, entretanto nesse mesmo diapasão apresentamos algumas justificativas para exigir condição de habilitação nos processos licitatórios:

4.17.1.1. Garantia da qualidade dos serviços/produtos: ao verificar a habilitação dos licitantes, a administração pública assegura que os participantes possuam expertise e os recursos adequados para realizar as entregas com a qualidade exigida. Isso evita contratações que podem resultar em produtos ou serviços de baixa qualidade;

4.17.1.2. Preservação do interesse público: uma análise de habilitação garante que apenas empresas idôneas e aptas a cumprir os compromissos com o poder público participar dos processos licitatórios. Dessa forma, evita-se a possibilidade de fraudes, corrupção ou desvios de recursos, preservando o interesse da sociedade;

4.17.1.3. Eficiência no uso dos recursos públicos: A habilitação previa dos licitantes possibilita a seleção de empresas que possuíam uma estrutura sólida e comprovada, apresentavam o risco de inadimplência ou atrasos na execução dos contratos. Isso contribui para evitar desperdícios e retrabalhos, gerados em maior eficiência na utilização dos recursos públicos;

4.17.1.4. Garantia de conformidade legal: A exigência de documentos, e certificações comprova que as empresas estão em conformidade com as leis e regulamentações definitivas. Isso inclui aspectos fiscais, trabalhistas, ambientais, entre outros. Essa conformidade é essencial para evitar problemas legais na continuidade da execução do contrato;

4.17.1.5. Competição justa: Ao exigir a habilitação, o processo licitatório se torna mais justo, pois todos os licitantes concorrem em igualdade de condições. A habilitação é um filtro inicial que deve ser superado por todas as empresas interessadas em participar, criando um ambiente competitivo mais equilibrado; e

4.17.1.6. Segurança e confiabilidade na contratação: A verificação da habilitação gera confiança nas empresas contratadas, bem como na população que será beneficiada por serviços ou produtos adquiridos. A confiança do processo licitatório é um fator essencial para fomentar a participação de empresas e a obtenção de melhores propostas.

4.17.2. As exigências habilitatórias não podem ultrapassar os limites da razoabilidade, além de não ser permitido o estabelecimento de cláusulas desnecessárias e restritivas ao caráter competitivo. Devem restringir-se apenas ao necessário para o cumprimento do objeto licitado.

4.17.3. Quanto a exigência de qualificação técnica a Lei 14133/21 não prevê apresentação de atestados para comprovação no caso de compras. Nada obstante, entende-se ser juridicamente possível que a Administração formule exigências de qualificação técnica dos fornecedores no caso de compras de bens, com fundamento no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, caso verifique que a exigência somente tem cabimento quando houver alguma atividade envolvida com o fornecimento do bem que justifique esse cuidado. A essência da capacidade operacional é procurar identificar se a futura contratada tem a infraestrutura empresarial e a capacidade de gestão de executar o objeto e, justamente por esse contexto, podem ser feitas exigências de comprovação de anterior execução de quantitativos mínimos compatíveis com o objeto a ser contratado. Só será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas do objeto da contratação, sendo vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados. Além disso, será solicitado a exigência de atestado técnico específico do serviço a ser executado.

4.17.4. Diante ao exposto, a exigência de condição de habilitação nos processos licitatórios é uma prática indispensável para selecionar fornecedores responsáveis, competentes e que atendem às exigências técnicas e legais necessárias para a realização de contratos com o setor público. Além disso, promover uma oferta mais justa e eficiente, garantindo o melhor uso dos recursos públicos e a satisfação dos interesses da sociedade.

4.18. Após análise técnica e mercadológica relativa ao objeto desta contratação verificou-se que o mesmo não se enquadra na margem de preferência, em razão da inexistência de serviços com as especificações exigidas ou pela natureza específica do objeto licitado, que demanda tecnologia ou fornecimento não disponível no mercado nacional com o mesmo nível de qualidade ou desempenho, inviabilizando a aplicação da margem de preferência prevista no art. 26, da Lei nº 14.133/2021.

4.19. Não existe a possibilidade de transferência de tecnologia aplicada ao serviço pois tal nível de manutenção não faz parte do escopo desta Organização Militar, a qual não possui ferramental necessário para a realização deste serviço em se tratando de serviço comum sem aplicação de técnicas inéditas para este Órgão.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. O levantamento de mercado trata da análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. Para tanto, é imprescindível que a Administração compreenda bem sua demanda para que o levantamento seja o mais produtivo possível.

5.2. É o mercado que apontará qual o melhor caminho para solucionar sua demanda, que consiste sob os seus aspectos técnicos: qualidade dos materiais; compatibilidade; eficiência operacional e de normas e regulamentações, bem como os seus aspectos econômicos: custo inicial vs custo total; eficiência energética; durabilidade e vida útil; disponibilidade do local e custos ambientais.

5.3. Ao considerar os aspectos técnicos e econômicos, é possível tomar uma decisão fundamentada na escolha do tipo de solução, que não apenas garanta a qualidade do objeto pretendido, mas também otimize os recursos financeiros e operacionais envolvidos.

5.4. O Poder Público deve se colocar em curso para apurar qual objeto será capaz de suprir suas necessidades em qualidade, custo, tempo e operacionalização, tudo em face da eficiência da máquina administrativa. Assim, o levantamento de mercado deve buscar o máximo de informações

acerca do objeto para apreender tudo que o envolve, logo nesse mesmo diapasão o Batalhão de Viaturas Anfíbias (BtlVtrAnf) buscou a utilização de atas de registro de preços, em razão da melhor alternativa para atendimento das necessidades condicionada à comprovação da similaridade entre os objetos, tendo como objetivo tornar mais célere a contratação em questão, pois foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades, com consultas a editais anteriores, a fim de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações, bem como um preço mais acessível em relação ao praticado pelo mercado que melhor atendam às necessidades da Administração, no entanto não foi possível se lograr êxito, em virtude do tipo, da descrição específica e da similaridade do objeto

5.5. Neste contexto, a contratação do objeto deste Estudo Técnico Preliminar configura-se, no cenário atual, como uma prática não comum entre órgãos públicos em todas as esferas. Verifica-se, assim, uma baixa disponibilidade de licitantes aptos a fornecer os objetos solicitados, em conformidade com os requisitos estabelecidos neste documento.

5.6. A metodologia utilizada para o levantamento de mercado foi a Média preço, estando em acordo com Art. 6º da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021.

5.7. O Catálogo Eletrônico de Padronização é uma solução de gerenciamento centralizado voltada para uniformizar os itens contratados pela Administração Pública, estabelecendo um padrão a ser seguido, o que promove maior eficiência e economia em licitações públicas. Essa solução eletrônica abrange não apenas a especificação do item a ser contratado, mas também todos os documentos que compõem a fase preparatória da licitação. No entanto, ela não foi aplicada neste caso, pois os itens deste processo licitatório ainda não integram o referido Catálogo. Apesar disso, não houve prejuízos quanto à compatibilidade das especificações estéticas, técnicas ou de desempenho.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição do objeto a ser adquirido, visando produzir os resultados pretendidos pela Administração, consiste na contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, equipamentos e insumos para viatura anfíbia do tipo CLAnf (Carro Lagarta Anfíbio), embasada na análise da vantajosidade dos aspectos técnicos e econômicos da solução.

6.2. A manutenção é o conjunto de atividades realizadas com a finalidade de conservar ou recolocar o veículo em condições ideais de funcionamento. Para tanto, serão feitas manutenções preventivas e corretivas.

6.2.1. A manutenção preventiva é projetada para identificar e corrigir problemas potenciais antes que se tornem grandes defeitos. Realizar inspeções regulares, substituir peças desgastadas realizar ajustes adequados ajuda a prevenir a ocorrência de falhas graves e pode estender a vida útil do veículo. A manutenção preventiva inclui a verificação de itens de segurança, como freios, luzes e sistemas de suspensão. Garantir que esses componentes estejam em bom estado de funcionamento reduz o risco de acidentes e ajuda a garantir a segurança dos ocupantes do veículo.

6.2.2. A manutenção corretiva é necessária quando ocorrem falhas ou mau funcionamento dos componentes do veículo. Quando um problema é identificado, a manutenção corretiva visa reparar ou substituir componentes danificados ou desgastados que possam colocar em risco a estabilidade, a dirigibilidade ou a capacidade de frenagem do veículo, permitindo que o veículo volte a funcionar adequadamente.

6.3. As manutenções preventivas e corretivas compreenderão dos seguintes serviços:

6.3.1. Serviços de manutenção preventiva e corretiva no Motor CUMMINS VT400

6.3.1.1. Desmontagem Geral:

6.3.1.1.1. Retirada da bomba injetora, bicos injetores e tubos de alta pressão.

6.3.1.1.2. Remoção completa da tampa dos balancins, balancins e varetas dos tuchos.

6.3.1.1.3. Desmontagem do cabeçote, bomba d'água doce, redes de refrigeração, conduítes de óleo diesel e lubrificante.

6.3.1.1.4. Retirada do volante, saia traseira, polia, cárter, bomba de óleo, bielas, pistões, camisas do motor, virabrequim, casquilhos fixos e móveis, e eixo de comando.

6.3.1.1.5. Retirada e inspeção do motor de partida, incluindo testes de funcionamento, revisão dos componentes e substituição ou rebobinamento, se necessário.

6.3.1.2. Serviços de Retífica, Reparo e Substituição de Componentes Motor CUMMINS VT400:

6.3.1.2.1. Reparo completo da bomba injetora e dos bicos injetores, com testes de vazão e equalização;

6.3.1.2.2. Retífica dos cabeçotes com substituição das válvulas de admissão e escape, guias, sedes e retentores.

6.3.1.2.3. Limpeza química do bloco e inspeção dimensional detalhada.

6.3.1.2.4. Retífica do bloco e do virabrequim conforme necessidade.

6.3.1.2.5. Substituição completa do kit camisa/pistão/anéis de segmento.

6.3.1.2.6. Instalação de novas camisas, novos casquilhos fixos e móveis.

6.3.1.2.7. Desmontagem e análise completa da turbina.

6.3.1.2.8. Substituição da bomba de óleo por nova.

6.3.1.2.9. Reparo completo da bomba d'água e da bomba de recalque de combustível.

6.3.1.2.10. Limpeza e preparação minuciosa de todas as peças para remontagem.

#### 6.3.1.3. Serviço na Turbina Motor CUMMINS VT400:

6.3.1.3.1. Reparo do turbo com substituição dos embuchamentos da carcaça central.

6.3.1.3.2. Substituição do kit de vedação com selo novo.

6.3.1.3.3. Banho químico com descarbonização e jateamento das carcaças quente e fria.

6.3.1.3.4. Balanceamento da unidade rotativa.

6.3.1.3.5. Montagem.

6.3.1.3.6. Pintura e teste de funcionamento em bancada com 3.500 rpm.

#### 6.3.1.4. Montagem e Testes Funcionais:

6.3.1.4.1. Montagem completa do motor com conjunto de juntas novo.

6.3.1.4.2. Aplicação de torque conforme manual Cummins em todos os componentes críticos.

6.3.1.4.3. Montagem da bomba injetora, bicos e tubos.

6.3.1.4.4. Calibragem do ponto do motor sincronizado com bomba e trem de engrenagens.

6.3.1.4.5. Teste funcional em bancada (RPM, pressão de óleo, temperatura, fluxo de arrefecimento).

6.3.1.4.6. Pintura anticorrosiva do motor.

6.3.1.4.7. Reinstalação do motor a bordo com manobra adequada e teste final de funcionamento operacional.

#### 6.3.2. Serviços Complementares – Elétricas e Hidráulicas:

6.3.2.1. Diagnóstico técnico com inspeção minuciosa e testes em bancada.

6.3.2.2. Desmontagem completa e limpeza química/ultrassônica dos componentes.

6.3.2.3. Substituição de partes desgastadas como rolamentos, vedações, escovas, bobinas e eixos.

6.3.2.4. Usinagem e rebobinamento de componentes aplicáveis.

6.3.2.5. Montagem e testes hidráulicos/pressurizados com verificação de vazão, pressão e estanqueidade.

6.3.2.6. Relatório técnico detalhado do serviço e garantia mínima de 6 meses para componentes substituídos e mão de obra.

#### 6.3.3. Manutenção Corretiva de Radiadores – Viatura CLAnf

##### 6.3.3.1. Desmontagem e Inspeção Técnica:

6.3.3.1.1. Remoção dos radiadores da viatura para avaliação individual

6.3.3.1.2. Inspeção visual e com testes de pressão para detecção de vazamentos, deformações e falhas de troca térmica

##### 6.3.3.2. Substituição das Colmeias:

6.3.3.2.1. Remoção completa das colmeias danificadas.

6.3.3.2.2. Fornecimento e instalação de novas colmeias compatíveis com o modelo original, assegurando padrão militar de desempenho.

#### 6.3.3.3. Reforma das Carcaças:

6.3.3.3.1. Reparos e soldas nos elementos estruturais (tanques, flanges, suportes).

6.3.3.3.2. Tratamento anticorrosivo e pintura resistente a alta temperatura.

#### 6.3.3.4. Testes de Estanqueidade e Desempenho:

6.3.3.4.1. Teste pressurizado de estanqueidade com vedação total.

6.3.3.4.2. Testes de eficiência térmica para garantir a capacidade de troca de calor adequada ao motor Cummins VT400.

#### 6.3.3.5. Reinstalação e Teste Funcional:

6.3.3.5.1. Reinstalação dos radiadores na viatura.

6.3.3.5.2. Teste de funcionamento em regime real para verificação de desempenho térmico.

#### 6.3.3.6. Materiais e Garantias:

6.3.3.6.1. Fornecimento completo de materiais, juntas, colmeias, ferramentas e insumos necessários.

#### 6.3.4. Revitalização de Sistema de Lagartas e Rodas

6.3.4.1. Inspeção técnica detalhada das lagartas, rodas tratoras, roletes, rodas tensoras e rodas de apoio.

6.3.4.2. Recuperação e emborrachamento de almofadas fixas e móveis com reaproveitamento de ferragens metálicas.

6.3.4.3. Recuperação e emborrachamento de buchas (conjunto de 5) com aproveitamento da carcaça metálica.

6.3.4.4. Fornecimento completo de materiais e insumos (graxas, peças, EPIs, ferramentas).

6.3.4.5. Execução dos serviços no local ou em instalações da empresa, mediante aprovação do Batalhão de Viaturas Anfíbias.

6.3.4.6. Comprovação de experiência prévia com viaturas militares sobre lagartas e uso de materiais compatíveis com os padrões técnicos da Força.

#### 6.3.5. Serviço de Pintura de Viatura CLAnf:

6.3.5.1. Preparação completa da superfície por lixamento, decapagem ou tratamento similar.

6.3.5.2. Aplicação de primer anticorrosivo de alta resistência.

6.3.5.3. Pintura em padrão camuflado militar, conforme especificações fornecidas.

6.3.5.4. Fornecimento de todos os materiais: tintas homologadas, solventes, EPIs, etc.

6.3.5.5. Execução no local ou em oficina da empresa, mediante aprovação da Organização Militar.

6.3.5.6. Apresentação de portfólio e certificações técnicas dos produtos utilizados.

#### 6.3.6. Serviço de Estofamento Interno da Viatura CLAnf:

6.3.6.1. Remoção dos estofamentos atuais e preparação das superfícies.

6.3.6.2. Substituição de espumas, tecidos e suportes metálicos danificados.

6.3.6.3. Aplicação de novos revestimentos impermeáveis e laváveis, com resistência militar.

6.3.6.4. Fornecimento integral de materiais (espumas, tecidos, adesivos, ferramentas, EPIs).

6.3.6.5. Execução em local de estacionamento da viatura ou em oficina homologada.

6.4. Todos os serviços devem ser prestados com fornecimento de peças de reposição originais, similares ou recomendadas pelo fabricante ou com as mesmas especificações técnicas (ABNT NBR 15296), inclusive com fornecimento de quaisquer acessórios e componentes necessários, para o bom e perfeito funcionamento das viaturas.

6.5. As contratações se darão no decorrer da vigência da licitação, ocorrendo de forma parcelada com vários pedidos com emissão de nota de empenho a cada demanda solicitada.

6.6. O critério de julgamento das propostas será o Menor Preço, conforme o disposto no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, sendo o modo de disputa utilizado o aberto previsto no Instrumento Convocatório e o respectivo Registro no Sistema compras.gov.br.

6.7. As condições da aquisição e pagamento serão semelhantes às do setor privado podendo ser baseada em diversos fatores que buscam promover a eficiência, competitividade, transparência e sustentabilidade das atividades do setor público. Ao adotar práticas semelhantes às do setor privado, o setor público pode: obter benefícios em termos de eficiência operacional e redução de custos, obtendo processos mais ágeis e menos burocráticos podendo levar a economia de escala e otimização de recursos, incentivar a competição entre fornecedores e geração de serviços, levando a uma maior qualidade de produtos e serviços, aumentar a transparência nas transações e contratos públicos e práticas de aquisição eficientes e pagamentos justos podem contribuir para a sustentabilidade financeira do setor público, permitindo uma gestão mais equilibrada dos recursos disponíveis.

6.8. Não será reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), micro empreendedor individual (MEI) e aquelas a elas equiparadas para fins de aplicação da Lei Complementar de nº. 123, de 2006, tendo em vista que haverá prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto do presente certame, pelos motivos apontados a seguir:

6.8.1. A concessão de cota reservada ensejaria a possibilidade de termos duas empresas fornecendo peças de reposição para uma mesma viatura e, fazer depender a manutenção preventiva e corretiva de cada um desses veículos a distintas empresas contratadas, oneraria sobremaneira a Administração; e

6.8.2. A garantia e o emprego de peças de distintos fornecedores para um mesmo veículo pode inviabilizar a atribuição de responsabilidade à Contratada e a exigência de substituição no caso de defeito prematuro da peça reposta. Basta imaginar a reposição de duas peças de distintos fornecedores no mesmo sistema ou conjunto componente de um dado veículo automotor (sistema de transmissão, sistema de direção, sistema de alimentação etc.); vindo ambas a apresentarem defeitos, seria difícil afirmar categoricamente que o defeito de uma peça não tenha influenciado no defeito da outra, por alguma incompatibilidade técnica entre ambas. Daí a necessidade de comprar da mesma empresa as peças destinadas a um mesmo veículo, pois, havendo incompatibilidade entre as peças fornecidas, deverá a empresa arcar com sua substituição.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A definição do quantitativo a ser licitado pela Administração Pública deve ser pautada em indicar a forma de cálculo utilizada com os critérios técnicos claros e objetivos.

7.2. Para o correto dimensionamento das quantidades estimadas, o Batalhão de Viaturas Anfíbias, após análise técnica da Seção de Manutenção com estudos baseados nos históricos de manutenções ocorridas anteriormente, considerando fatores como sazonalidades, variações operacionais e dados estatísticos de consumo médio realizados nos últimos exercícios e manobras. Constatou-se que o quantitativo solicitado corresponde ao necessário para atender adequadamente às demandas dos Carros Lagarta Anfíbio (CLAnf).

7.3. Além disso, foram incorporadas previsões de necessidades futuras, considerando possíveis aumentos de demanda e alterações no escopo de atuação, como a ampliação das operações de desembarque anfíbio, reforço na mobilidade tática de tropas, intensificação das atividades de patrulha e reconhecimento, emprego em missões de apoio logístico e ampliação da capacidade de transporte de cargas e pessoal. Também foram avaliadas a necessidade de estoques de segurança para garantir a disponibilidade contínua de materiais essenciais e evitar desabastecimentos.

7.4. Nesse contexto, destaca-se a importância da realização de um estudo de mercado, incluindo a análise da capacidade de fornecimento e a avaliação de tendências que possam impactar as quantidades estimadas. O objetivo é assegurar a compatibilidade entre as previsões da contratação e o orçamento disponível, garantindo conformidade com as exigências legais e normativas que regem os processos da contratação pública.

7.5. Diante do exposto, a administração pública tem o dever legal de demonstrar os critérios técnicos para a estimativa dos quantitativos licitados, com base em consumo histórico e/ou em palpáveis perspectivas futuras e, caso assim não proceda, incorrerá em irregularidade grave, suficiente, portanto, para comprometer a legalidade do certame, o interesse público e a possibilidade de dano ao erário.

7.6. O resumo da descrição do objeto e as quantidades de serviços a serem contratados estão compreendidos no quadro abaixo:

Item	Descrição/Especificação	CATSER	UF	QTD MIN	QTD MAX
1	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no Motor CUMMINS VT400 com fornecimento de peças, equipamentos e insumos para as viaturas blindadas LVTP-7 CLAnf (Carro Lagarta Anfíbio).	3573	UN	01	10



2	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas Bombas Injetoras e dos Sistemas Complementares, sendo os reparos na parte elétrica e na parte hidráulica com fornecimento de peças, equipamentos e insumos para as viaturas blindadas LVTP-7 CLAnf (Carro Lagarta Anfíbio).	5878	UN	01	30
3	Prestação de serviço completo de revisão de conjunto de bicos injetores para motor CUMMINS VT 400. A intervenção inclui desmontagem individualizada, análise minuciosa de componentes, descarbonização por banho químico, aplicação de kits novos de injeção, vedação e proteção térmica. Finaliza-se com montagem em sala limpa, equalização dos jatos e testes de funcionamento em bancada especializada.	5878	UN	01	24
4	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos Radiadores com fornecimento de peças, equipamentos e insumos para as viaturas blindadas LVTP-7 CLAnf (Carro Lagarta Anfíbio).	5878	UN	01	10
5	Prestação do serviço de Revitalização do Sistema de Lagartas, Rodas e Roletes com fornecimento de peças, equipamentos e insumos para as viaturas blindadas LVTP-7 CLAnf (Carro Lagarta Anfíbio).	27790	UN	170	1700
6	Prestação de serviço de Pintura com fornecimento de insumos para as viaturas blindadas LVTP-7 CLAnf (Carro Lagarta Anfíbio).	13480	UN	01	20
7	Prestação do serviço de Estofamento Interno com fornecimento de insumos para as viaturas blindadas LVTP-7 CLAnf (Carro Lagarta Anfíbio).	13080	UN	01	10

### 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.191.811,90

8.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 5.191.811,94 (cinco milhões, cento e noventa e um mil e oitocentos e onze reais e noventa e quatro centavos)**.

8.2. O detalhamento da estimativa do valor da contratação pode ser verificado nos documentos intitulados como: Mapa de Cotação de Preços e no Documento de Formalização de Pesquisa de Mercado.

8.3. A documentação comprobatória contendo os comprovantes que compõem os levantamentos da estimativa do valor da contratação, segue anexa nos autos desse processo de licitação.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1. Compete à administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípuo da licitação.

9.2. A partir dessas premissas é que se deve avaliar o parcelamento do objeto, sem esquecer que, a rigor, objetos divisíveis, complexos ou de naturezas distintas devem ser parcelados em itens independentes com vistas à ampliação da competitividade – princípio básico da licitação –, propiciando, assim, que os licitantes apresentem propostas individualizadas para cada um deles, de acordo com suas condições, e, igualmente, que o julgamento seja feito em relação a cada qual, o que usualmente resulta em preços mais vantajosos.

9.3. O não parcelamento do objeto, seja para os fins da adoção de um objeto único ou mesmo do agrupamento de itens em lotes – que por óbvio devem guardar compatibilidade entre si, admitir julgamento com base em um mesmo critério e permitir execução por um mesmo fornecedor –, por sua vez, deve ser visto com cautela e exige justificativa adequada e consistente, já que ao menos em tese reduz a competitividade, na medida que impõe a cotação do global ou de todos os itens que compõem cada lote pelos particulares, e pode também não resultar na escolha da proposta efetivamente mais vantajosa, em virtude de o julgamento considerar o custo total do objeto ou de cada lote definido, conforme o caso, e não dos itens isolados. Bem por isso é que a decisão relativa à divisão ou não do objeto deve ser motivada em cada caso concreto e deve ser precedida de estudos do mercado específico ainda na fase interna da contratação, que evidenciem a vantagem sob a ótica técnica e/ou econômica.

9.4. Diante do exposto, em regra, conforme § 1º do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, na aplicação do princípio do parcelamento, referente aos serviços, deverão ser considerados: a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente as vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado, logo esta Administração optou pelo parcelamento dos itens.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Esta unidade não identificou necessidade de contratações correlatas.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. As Instruções Normativas voltadas ao planejamento consolidam os Planos Anuais de Contratação (PAC) dos órgãos e entidades do Sistema de Serviços Gerais (SISG) contribuindo com a construção de uma cultura de planejamento. Induzem melhorias em governança e gestão das contratações com a maximização dos resultados institucionais e possibilitam uma visão gerencial das compras do governo federal em uma análise qualitativa e quantitativa. Não fica definido porém, a estrutura interna que cada organização deverá adotar para a execução do planejamento. Regras de governança internas a cada órgão/ entidade deverão ser estabelecidas visando que as demandas não planejadas sejam, de fato, exceção, e não a regra. Ademais, é a partir de um calendário de licitações, construído a partir do Plano Anual de Contratações (PAC), que se obtém maior previsibilidade na gestão, primando-se pelo cumprimento de prazos e pela melhor alocação da força de trabalho.

11.2. O PAC sinaliza ao mercado fornecedor as pretensões da Administração Pública de modo que este se prepare adequadamente e com antecedência para participar dos certames licitatórios propiciando ainda, a maximização dos resultados institucionais, a partir da melhoria da governança e da gestão das contratações, além de maior transparência e controle com a publicação dos planos.

11.3. Cabe destacar que o PAC e o PGC são ferramentas que devem se adequar às necessidades dos órgãos, atendendo às suas características e peculiaridades. Por outro lado, há a necessidade de adaptação do sistema de governança dos Órgãos da Marinha do Brasil às regras e de definição interna de qual agente público desempenhará cada papel no sistema.

11.4. Diante do exposto apesar das prerrogativas citadas, há o alinhamento entre a contratação e a última atualização de planejamento das contratações do decorrente exercício financeiro previsto como subsídio do PAR (Plano de Aplicação de Recursos), do PA (Plano de Ação) e do planejamento de contratações consubstanciada no SAFIN (Sistema de Acompanhamento Financeiro) para ano de 2026, que são ferramentas utilizadas pela Marinha do Brasil análogas ao PAC (Plano Anual de Contratação) e que o objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. Com a realização do procedimento licitatório, sob o enfoque proposto neste estudo, esta equipe almeja que as aquisições sejam executadas com economicidade e confiabilidade, de forma planejada, buscando proporcionar os seguintes benefícios:

12.1.1. Economia de escala;

12.1.2. Racionalidade e agilidade no processo de manutenção da embarcação; e

12.1.3. Aumentar a disponibilidade de utilização do meio marítimo.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. O Batalhão de Viaturas Anfíbias nomeará servidores para atuarem como Gestor, Fiscal Técnico, Fiscal Setorial e Fiscal Administrativo, nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, para atuação na gestão e fiscalização contratual, além de outros atores ou substitutos que julgar necessários à perfeita execução do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar.

13.2. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, listadas a seguir:

13.2.1. Elaboração dos Documentos da Fase de Planejamento da Contratação;

13.2.2. Autorização da Autoridade Competente;

13.2.3. Designação em Portaria de Pregoeiro e Equipe de Apoio;

13.2.4. Elaboração de Minuta do Edital;

13.2.5. Elaboração de Minuta dos Anexos do Edital;

13.2.6. Encaminhamento do processo para análise jurídica da Consultoria Jurídica da União (CJU);

13.2.7. Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no Parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;

13.2.8. Publicação e divulgação do Edital;

13.2.9. Resposta a pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;

13.2.10. Realização do Pregão, e respectivas etapas de Julgamento das propostas, Adjudicação da proposta e Homologação;

13.2.11. Realização de Certificação Orçamentária;

13.2.12. Realização de Empenho; e

13.2.13. Assinatura e publicação do contrato.

13.3. O conteúdo desse Estudo Técnico Preliminar não se enquadra em nenhuma das hipóteses de sigilo previstos na Lei nº 12.527/2011, ficando liberado para acesso público e a sua disponibilização para os licitantes.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A Contratada deverá adotar os critérios de sustentabilidade ambientais previstos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, como também observar as práticas de proteção do meio ambiente previstas nas Leis nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981 e nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e as disposições estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União.

14.2. Para os itens relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

14.3. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

14.3.1. recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

14.3.2. providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata; e

14.3.3. exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

14.4. Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA;

14.4.1. A contratada deverá estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;

14.4.2. A contratada deverá possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA; e

14.4.3. A contratada deverá possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

14.5. A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:

14.5.1. elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

14.5.2. adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento; e

14.5.3. informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

14.6. O custo da aplicação dos critérios de sustentabilidade ambiental exigidos correrá por conta da Contratada.

14.7. Do Plano de Logística Sustentável:

14.7.1. O Plano de Logística Sustentável (PLS) se caracteriza como instrumento de governança, a razão pela não utilização do referido Plano pelo Batalhão de Viaturas Anfíbias, se justifica em virtude do custo inicial elevado, onde a implementação de uma logística sustentável pode requerer investimentos globais em infraestrutura, tecnologias, treinamento de militares.

14.7.2. É essencial ressaltar que, embora essas justificativas possam ser válidas, a importância da logística sustentável e da responsabilidade ambiental não pode ser ignorada no cenário global atual, logo nesse mesmo diapasão o Batalhão de Viaturas Anfíbias vincula o seu Plano de Logística Sustentável (PLS) ao Plano Estratégico Organizacional (PEO) da Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores, Unidade Apoiadora, como ferramenta análoga ao Plano de Logística Sustentável.

14.7.3. Nesse contexto, o Batalhão de Viaturas Anfíbias cada vez mais percebendo a necessidade de se adaptar às práticas ansiosas para garantir a sobrevivência a longo prazo, atendendo às expectativas mais sustentáveis para as partes interessadas, vem traduzindo esforços necessários para

implementação dos critérios, requisitos e práticas de sustentabilidade e do aprimoramento do seu Plano de Logística Sustentável, a fim de atender as exigências de diversos normativos, nacionais e estrangeiros, que impõem o respeito ao desenvolvimento sustentável, bem como a jurisprudência do TCU que aponta a necessidade de que os Planos de Gestão de Logística Sustentável estejam previstos no planejamento estratégico de cada Órgão da Administração Pública.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. Este Estudo Preliminar contempla a realização de aquisição nos termos da Lei nº 14.133/2021, e prescreve a obrigatoriedade de realização de licitação na modalidade Pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para processar a contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, equipamentos e insumos para viaturas blindadas LVTP-7 CLAnf (Carro Lagarta Anfíbio), sendo a contratação, individualizada e detalhada, com todas as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade dos serviços.

15.1.2. Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares do Batalhão de Viaturas Anfíbias e que o mesmo traz os conteúdos previstos na Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022.

15.1.3. Declaramos o reconhecimento, nos limites da atuação de agentes da contratação, pela correta execução e do cumprimento das funções técnicas, assumindo a responsabilidade legal pela veracidade desta declaração.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GABRIEL SPATA ALFRADIQUE SIGILIANO**

Membro da comissão de contratação

**ERIC CORDEIRO PARAUTA**

Membro da comissão de contratação

**FABIO SANTOS DE ARAUJO**

Autoridade competente

**LUIS GUSTAVO SILVA PEREIRA**

Autoridade competente